



TESOURO NACIONAL

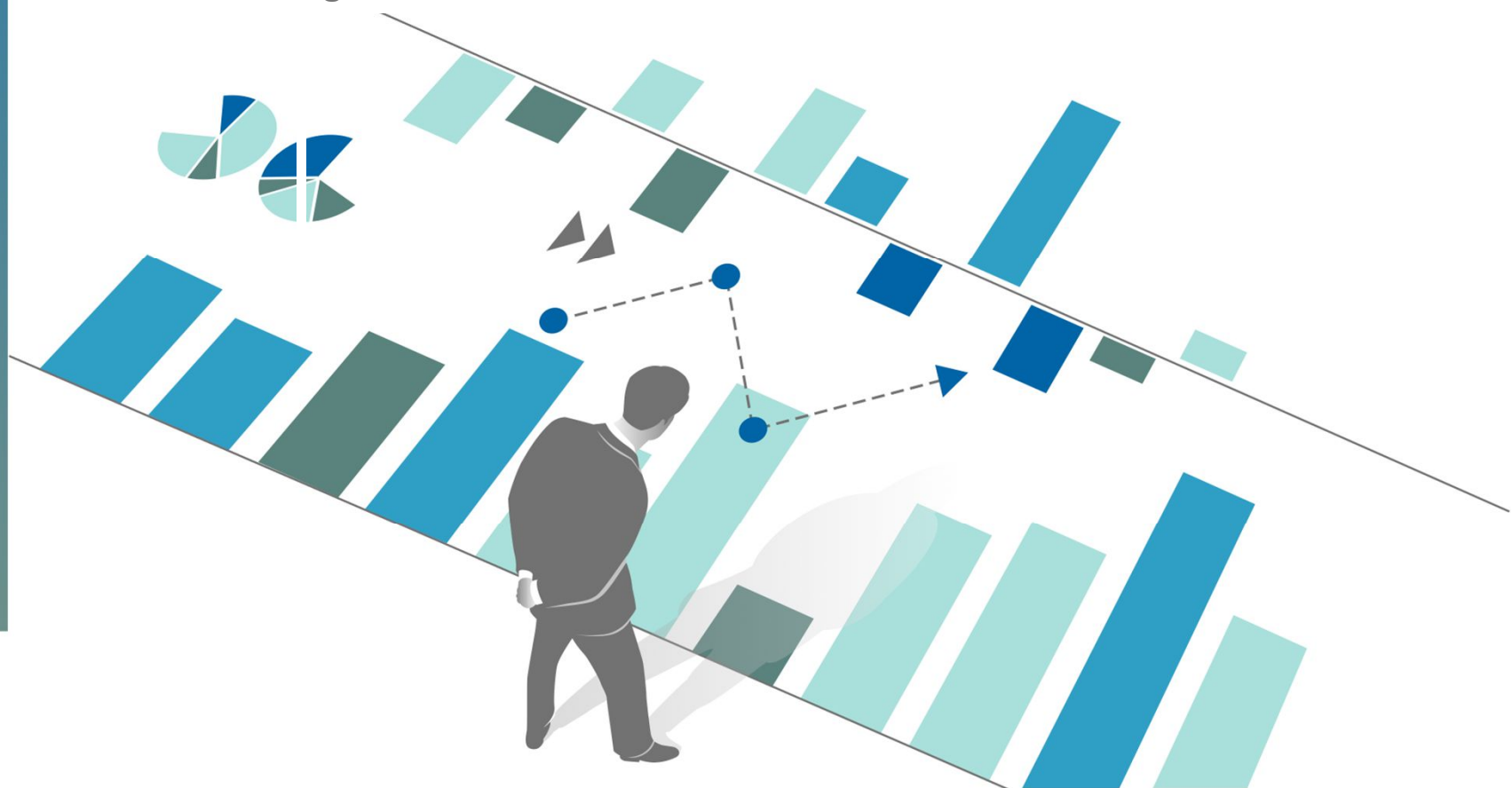
# RTN 2019

Julho

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

## Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília, 29 de agosto de 2019



# Resultado Fiscal do Governo Central

## Resultado Primário do Governo Central Brasil – 2018/2019 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019								
Discriminação	Jan-Jul		Variação (2019/2018)		Julho		Variação (2019/2018)	
	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)	2018	2019	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	856.840	901.552	5,2%	1,1%	126.375	136.055	7,7%	4,3%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	149.368	162.748	9,0%	4,7%	19.901	21.838	9,7%	6,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	707.472	738.804	4,4%	0,3%	106.473	114.218	7,3%	3,9%
IV. DESPESA TOTAL	750.574	774.053	3,1%	-0,9%	113.962	120.212	5,5%	2,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	4.021	0	-100,0%	-	0	0	-	-
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)</b>	<b>-39.081</b>	<b>-35.249</b>	<b>-9,8%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-7.488</b>	<b>-5.995</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-22,4%</b>
Tesouro Nacional e Banco Central	66.542	75.859	14,0%	9,4%	7.054	10.111	43,3%	38,9%
Previdência Social (RGPS)	-105.624	-111.108	5,2%	1,1%	-14.542	-16.106	10,8%	7,3%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,0%	-0,9%	-	-	-	-	-	-

### Memorando:

Resultado do Tesouro Nacional	67.024	76.112	13,6%	9,0%	7.194	10.164	41,3%	39,0%
Resultado do Banco Central	-482	-253	-47,6%	-50,1%	-140	-53	-62,0%	17,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-105.624	-111.108	5,2%	1,1%	-14.542	-16.106	10,8%	7,3%

Em julho de 2019, o déficit primário foi de **R\$ 6,0 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 7,5 bilhões em julho de 2018** (valores nominais).

No acumulado até julho de 2019 houve déficit primário de **R\$ 35,2 bi**, frente a déficit de R\$ 39,1 bi em 2018 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até jul/19: déficit de R\$ 35,1 bi
- Até jul/18: déficit de R\$ 40,6 bi



# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses  
 Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jul/19 – IPCA

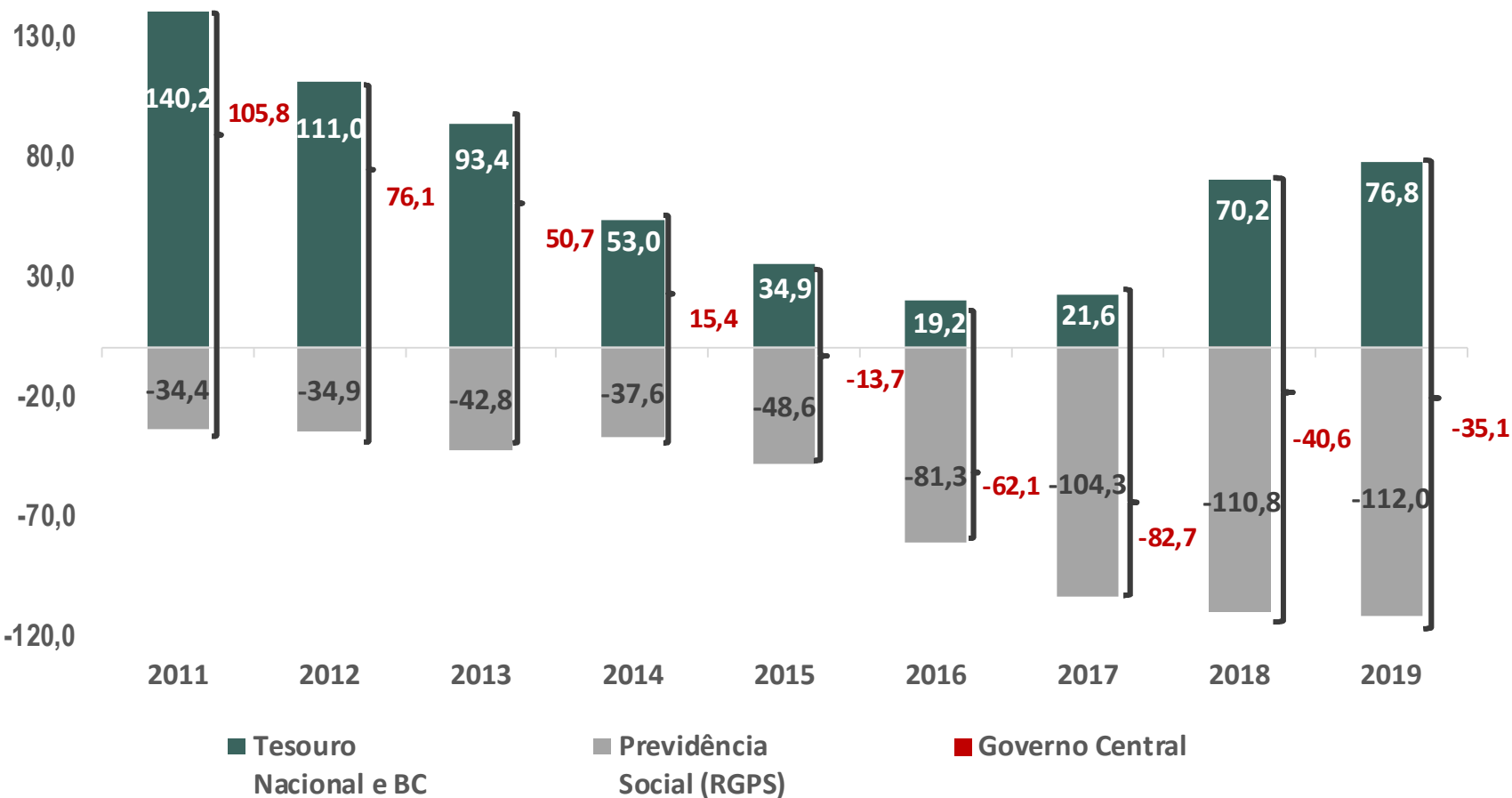


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses alcançou **déficit de R\$ 118,5 bi**, equivalente a **1,66% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2019 é **déficit de R\$ 139,0 bi**, equivalente a **1,94% do PIB**.

# Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes  
Brasil – 2011/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jul/19 – IPCA



Nos primeiros sete meses de 2019 a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 112,0 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 76,8 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

# Execução Financeira do Governo Central

## Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição julho/2019

R\$ Bilhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Saúde	62,5	59,3	3,2
Emendas Parlamentares	6,3	4,1	2,2
Ministério da Defesa	10,1	9,1	1,0
Ministério da Educação	16,7	14,8	1,9
Demais	48,8	44,9	3,8
<b>Total</b>	<b>144,4</b>	<b>132,3</b>	<b>12,1</b>

Em julho de 2019 o **empoçamento** totalizou **R\$ 12,1 bilhões (8,4% do limite de pagamento)**.

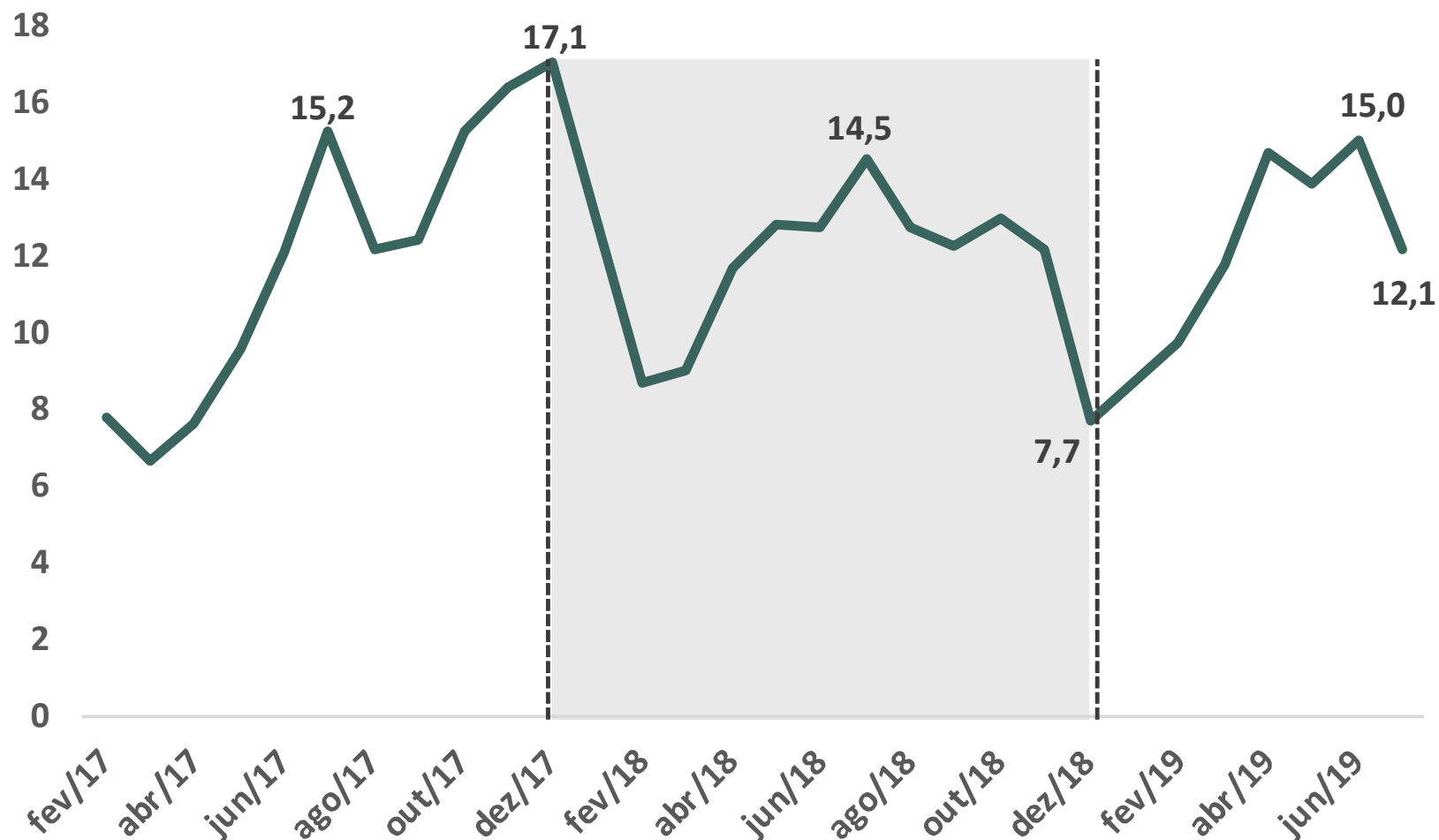
A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

# Execução Financeira do Governo Central

## Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – 2017-2019  
R\$ Bilhões – Valores Correntes



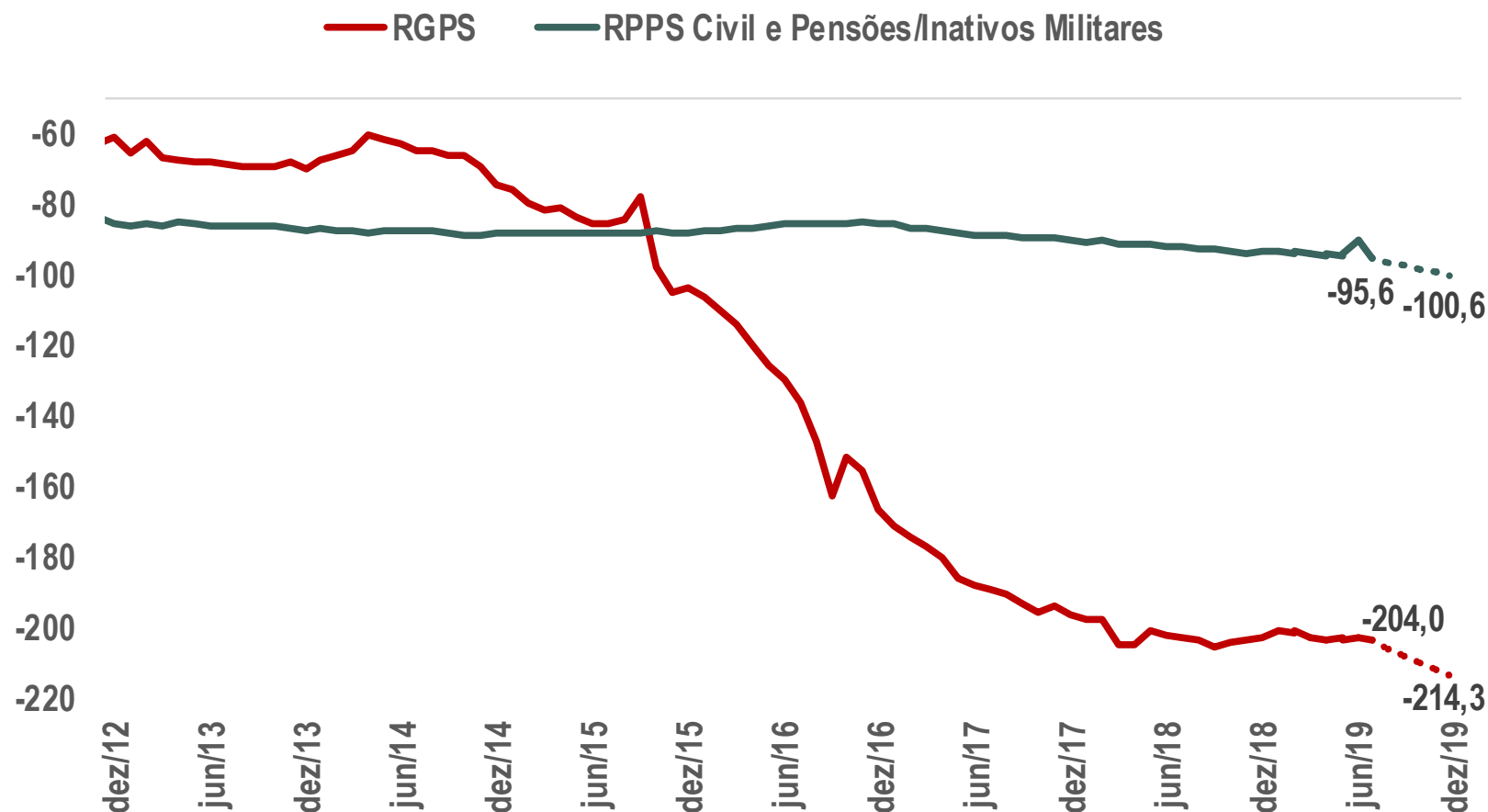
Em julho de 2019 o **empocamento** totalizou **R\$ 12,1 bilhões**, contra R\$ 15,0 bi em junho. Houve redução em todos os principais ministérios.

O empoçamento em julho de 2019 também foi menor que em julho de 2018 (R\$ 15,2 bi) e de 2017 (R\$ 14,5 bi).

\* Para todos os anos, não há dados para o mês de janeiro, uma vez que o primeiro decreto de programação financeira é publicado apenas no fim de janeiro.

# Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares\*  
 Acumulado em 12 meses – Brasil – 2012/2019 – R\$ Bilhões – A preços de jul/19 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 299,6 bi** no Governo Central no acumulado em 12 meses até julho de 2019, a preços de jul/2019 – IPCA.

Projeta-se que, ao final de 2019, o déficit será de **R\$ 314,8 bi**, a preços de jul/19 – IPCA, o equivalente a **4,4% do PIB**.

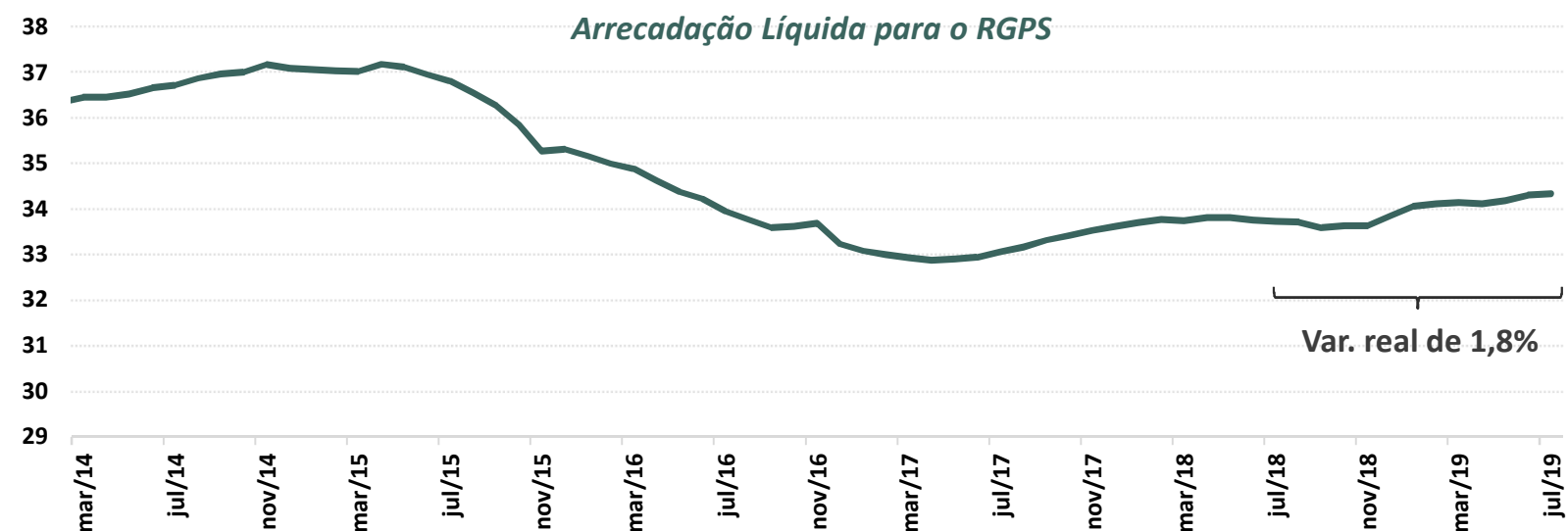
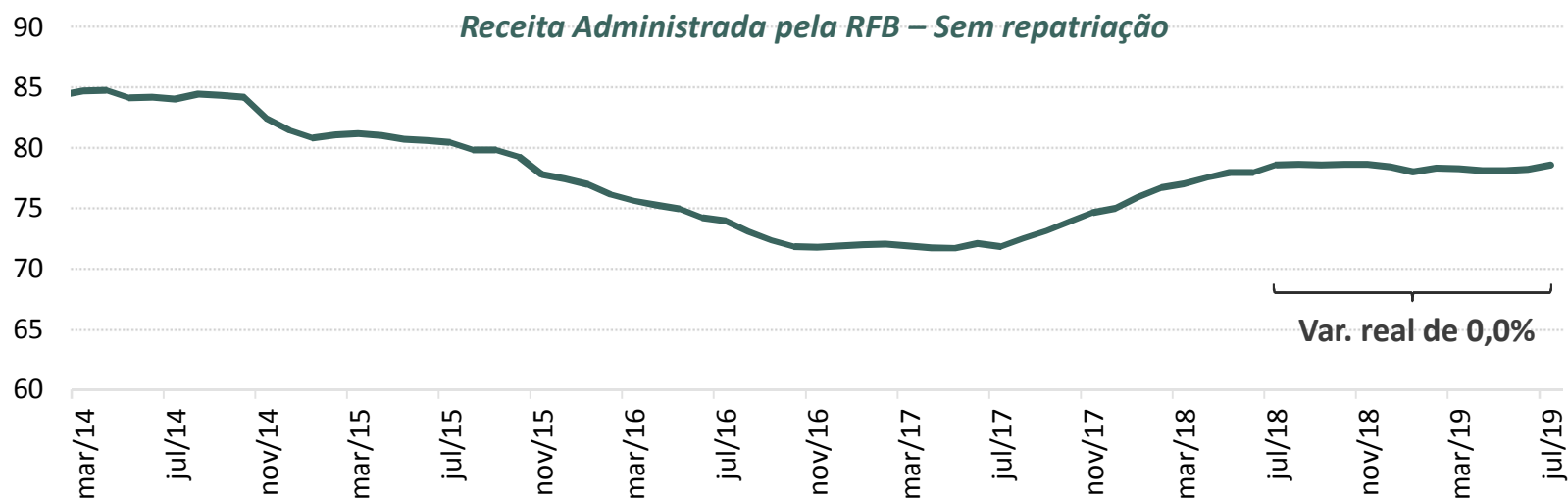
\* Inclui FCDF.



# Receitas do Governo Central

## Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

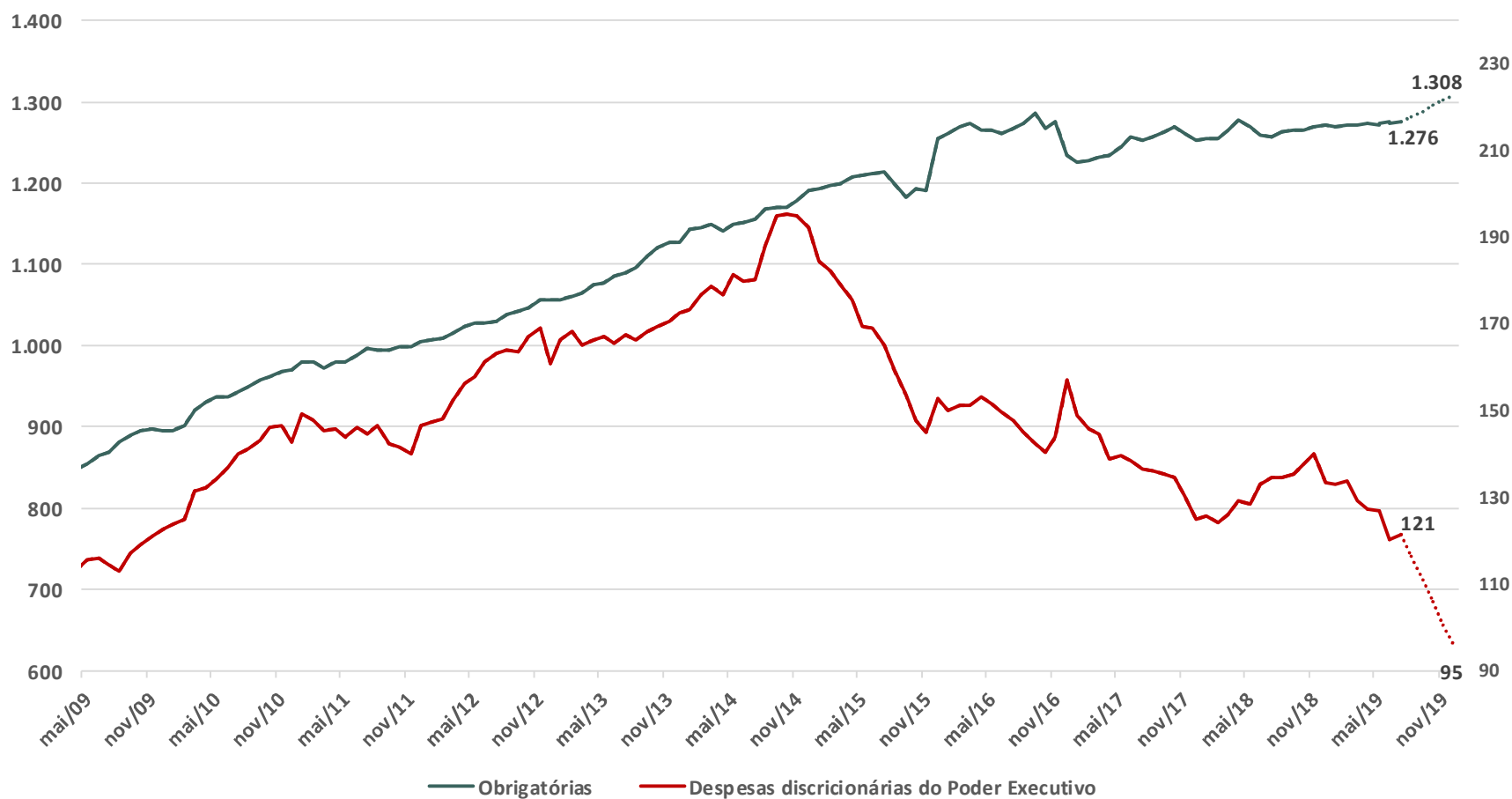
Média Móvel 12 meses – R\$ Bilhões – A preços de jul/19 - IPCA



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB se manteve constante, enquanto a da arrecadação líquida para o RGPS apresentou crescimento real.

# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central\* – Acumulado 12 meses  
 Brasil - 2009 a 2019: R\$ Bilhões – A preços de jul/19 - IPCA



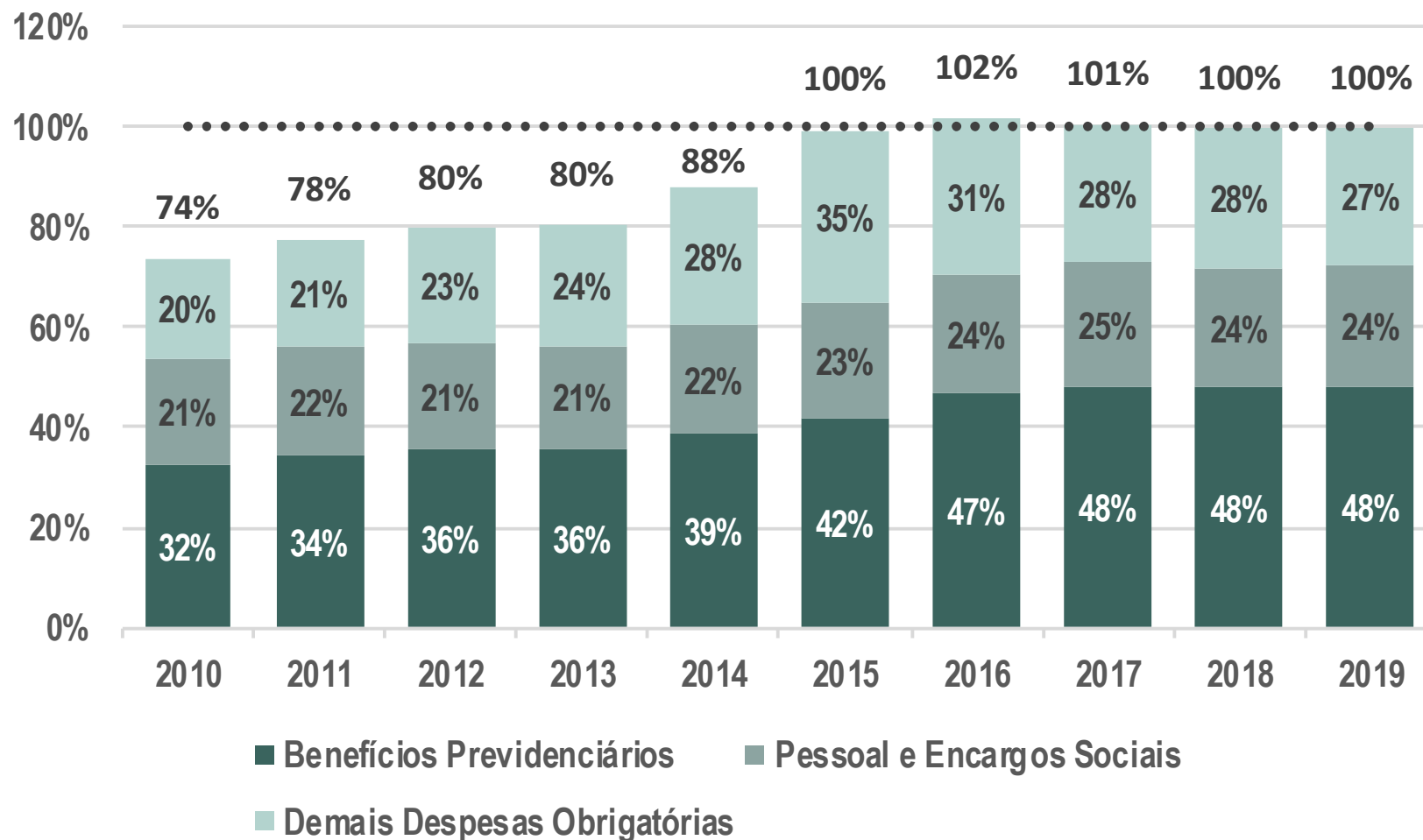
As despesas discricionárias atingiram R\$ 121,5 bilhões no período de 12 meses encerrado em julho de 2019, o mesmo nível de novembro de 2009, em termos reais. Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

Considerando o decreto de programação financeira de julho, as discricionárias chegarão a R\$ 94,9 bi no fim de 2019, o que representaria o menor valor da série histórica iniciada em 2009.

\* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em setembro de 2010.

# Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias\* como proporção da Receita Líquida – Brasil  
2010 a 2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até julho



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

Para retornar ao patamar de 2010 seria necessário uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 326,7 bi (4,7% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 442,7 bi (6,3% do PIB).

O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

\*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

# Despesas do Governo Central

## Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2018/2019 – A preços de jul/19 - IPCA – R\$ Milhões

### Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real (IPCA)
<b>IV . DESPESA TOTAL</b>	786.942,7	779.852,2	-7.090,5	-0,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	333.446,8	340.547,3	7.100,6	2,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	262.978,3	269.725,4	6.747,2	2,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	70.468,5	70.821,9	353,4	0,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	179.114,0	181.304,1	2.190,1	1,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	128.961,3	124.943,4	-4.017,9	-3,1%
Abono e Seguro Desemprego	33.406,0	33.043,6	-362,4	-1,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	34.201,9	34.930,2	728,3	2,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.125,6	3.279,7	154,1	4,9%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	213,9	2.770,1	2.556,2	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	9.198,1	6.858,7	-2.339,4	-25,4%
Fundeb/Fundef- Complementação da União	9.454,8	9.942,1	487,3	5,2%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	7.262,3	6.182,4	-1.079,9	-14,9%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	13.772,0	14.444,8	672,8	4,9%
Subsídios, Subvenções e Proagro	12.470,3	9.902,4	-2.567,9	-20,6%
Impacto Primário do FIES	2.167,8	1.219,1	-948,8	-43,8%
Demais	3.688,5	2.370,2	-1.318,3	-35,7%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	145.420,6	133.057,3	-12.363,3	-8,5%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	78.539,6	78.187,1	-352,6	-0,4%
Discricionárias	66.881,0	54.870,3	-12.010,8	-18,0%
<b>Memorando:</b>				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	158.933,5	145.194,4	-13.739,1	-8,6%
Outras Despesas de Custeio	133.133,9	123.623,9	-9.510,0	-7,1%
Outras Despesas de Capital	25.799,6	21.570,5	-4.229,1	-16,4%

**No acumulado no ano de 2019 a despesa total diminuiu em termos reais (-0,9%).** As principais variações foram:

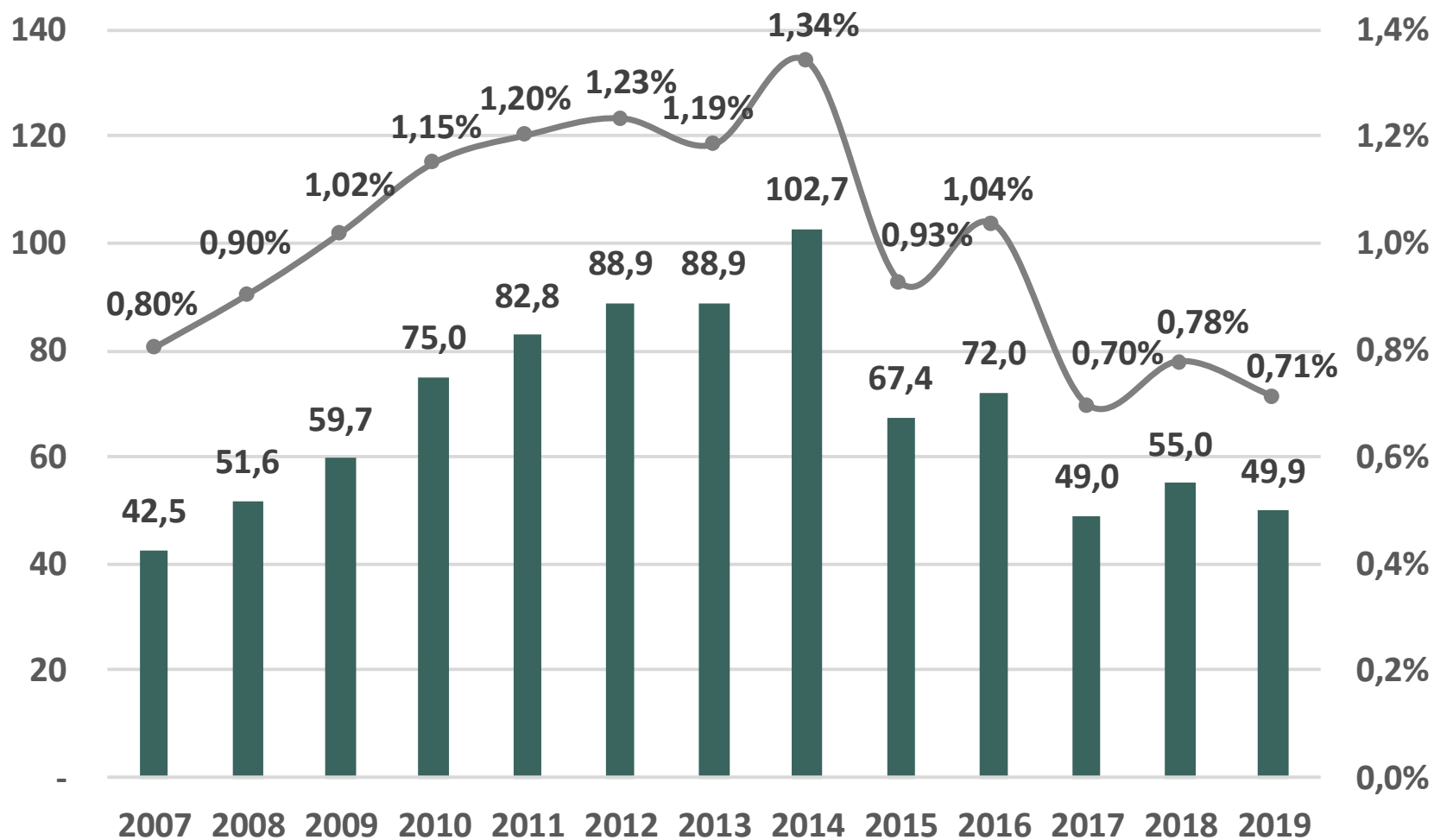
- Benefícios Previdenciários **(+R\$ 7,1 bi)**;
- Crédito Extraordinário (inclusive Diesel) **(+R\$ 2,6 bi)**;
- Subsídios, Subvenções e Proagro **(- R\$ 2,6 bi)**;
- Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha **(- R\$ 2,3 bi)**; e
- Discricionárias **(-R\$ 12,0 bi)**.

\* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

# Despesas do Governo Central

## Investimentos

Despesas de Investimento como % do PIB e a preços de julho/2019 IPCA - R\$ Bilhões  
 2007-2018: Anual; 2019: Acumulado em 12 meses até julho



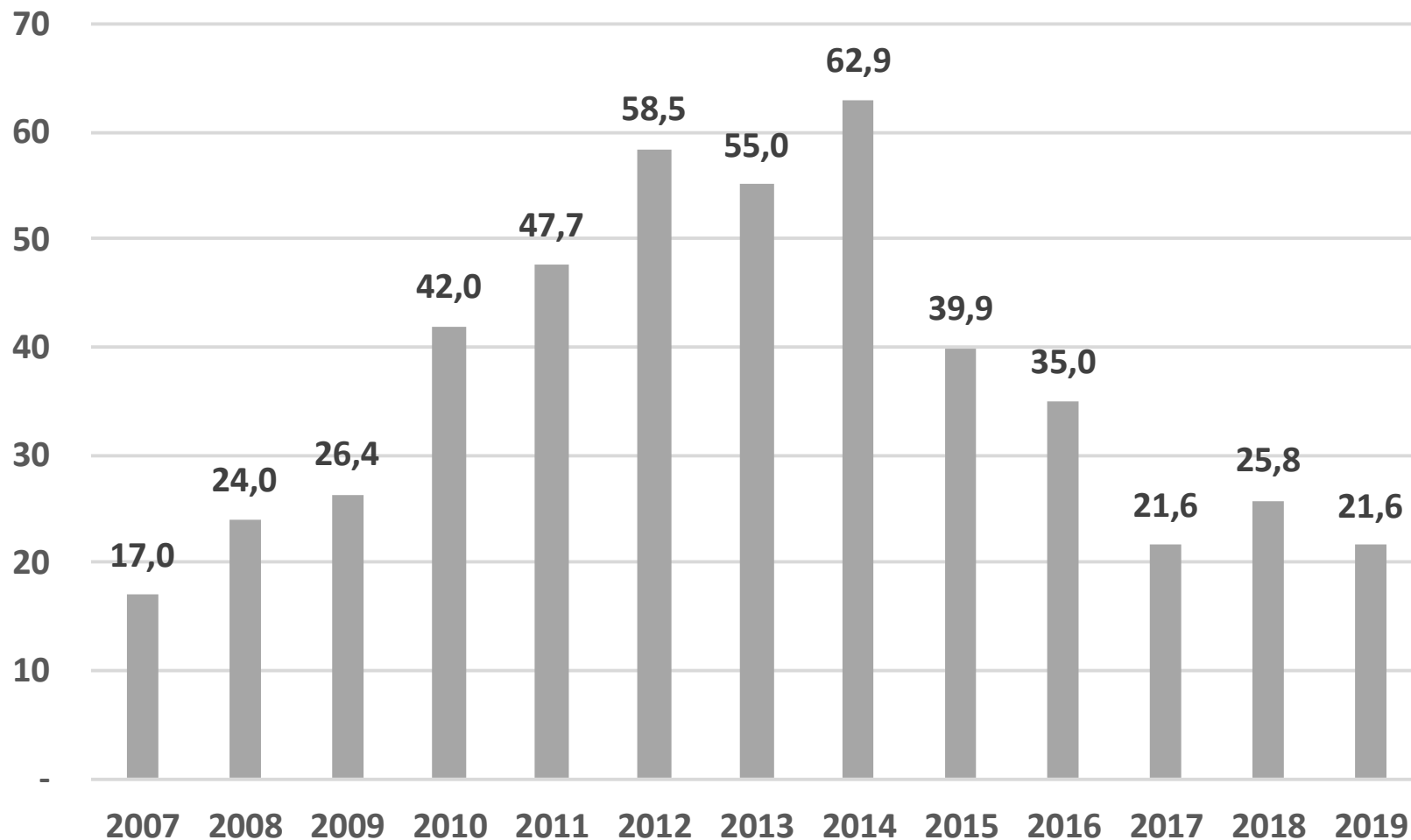
No acumulado em 12 meses até julho de 2019, os **investimentos totalizaram R\$ 49,9 bilhões**. Em percentual do PIB, o nível de investimento está **inferior ao patamar do ano de 2007**.

A valores de julho/19, o investimento acumulado em 12 meses foi **menor do que a metade do investimento de 2014**, topo da série histórica.

# Despesas do Governo Central

## Investimentos

Despesas de Investimento a preços de julho/2019 IPCA - R\$ Bilhões  
2007-2019: Acumulado de janeiro a julho



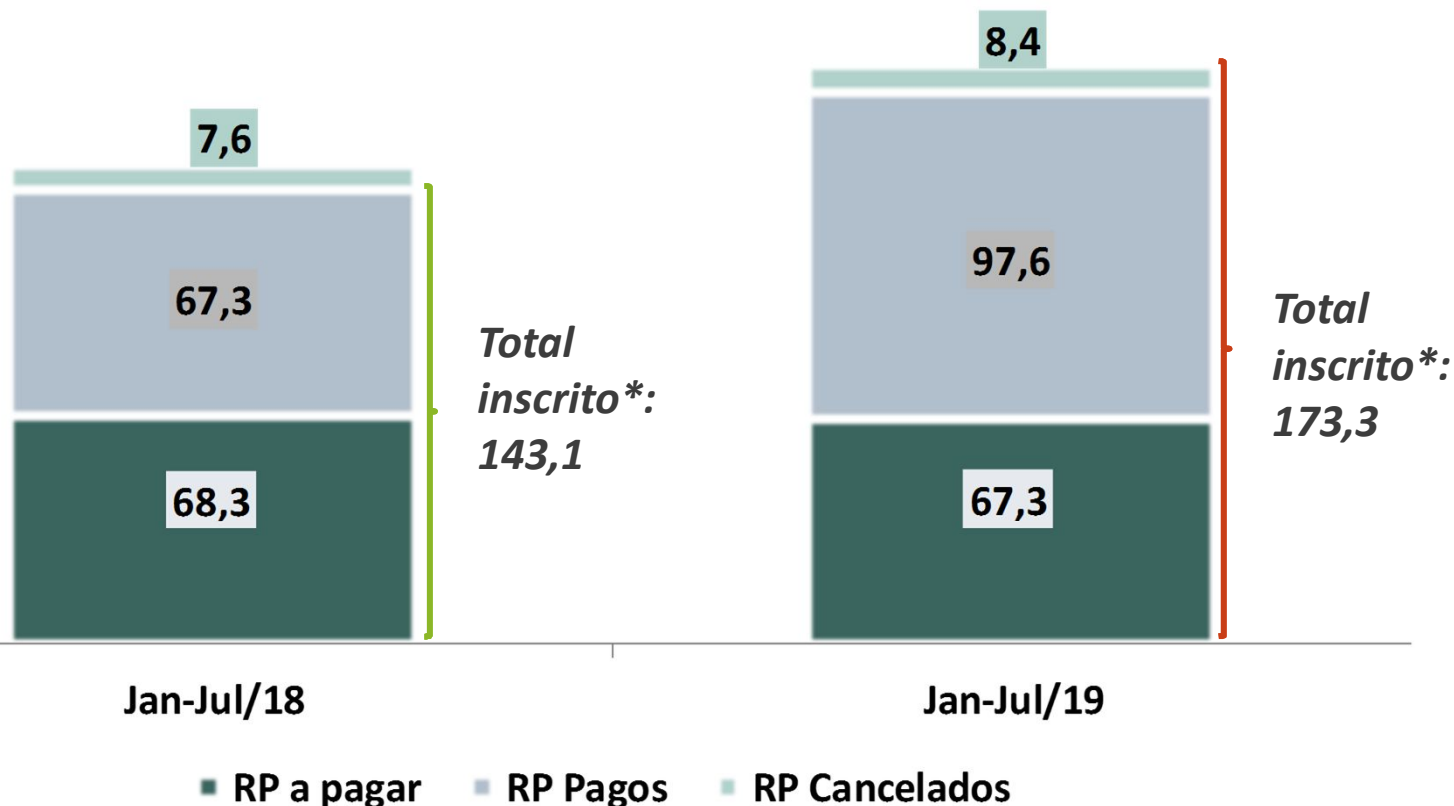
A valores de julho/19, o **investimento acumulado nos sete primeiros meses de 2019 foi R\$ 21,6 bi**, cerca de um terço do valor para o mesmo período de 2014, topo da série histórica.

Esses dados ilustram a importância de uma ampla **revisão das despesas obrigatórias e da rigidez orçamentária, que comprimem o investimento**. É importante também o fortalecimento das instituições de gestão do investimento público e um esforço de priorização de projetos para adequação ao cenário fiscal.

# Despesas do Governo Central

## Execução de Restos a Pagar\*

Brasil – 2018/2019 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até junho de 2019 correspondeu a **R\$ 97,6 bilhões**, contra **R\$ 67,6 bilhões** no ano anterior.

A elevação de R\$ 30,3 bi foi influenciada pela mudança na sistemática de pagamento de despesas após a emissão da ordem bancária (OB). Essa alteração elevou o estoque de RAP de 2019 em R\$ 34,0 bi, montante que foi pago em janeiro.

O estoque atual de RAP a pagar totaliza R\$ 67,3 bilhões, muito próximo ao estoque de R\$ 68,3 bi em 2018.

\* Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:

<http://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/publicacao-2019-02-20-8607791904>

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



### Pagamento total em 2018

✓ **R\$ 1.284.776.897.036,60**

### Limite para 2019

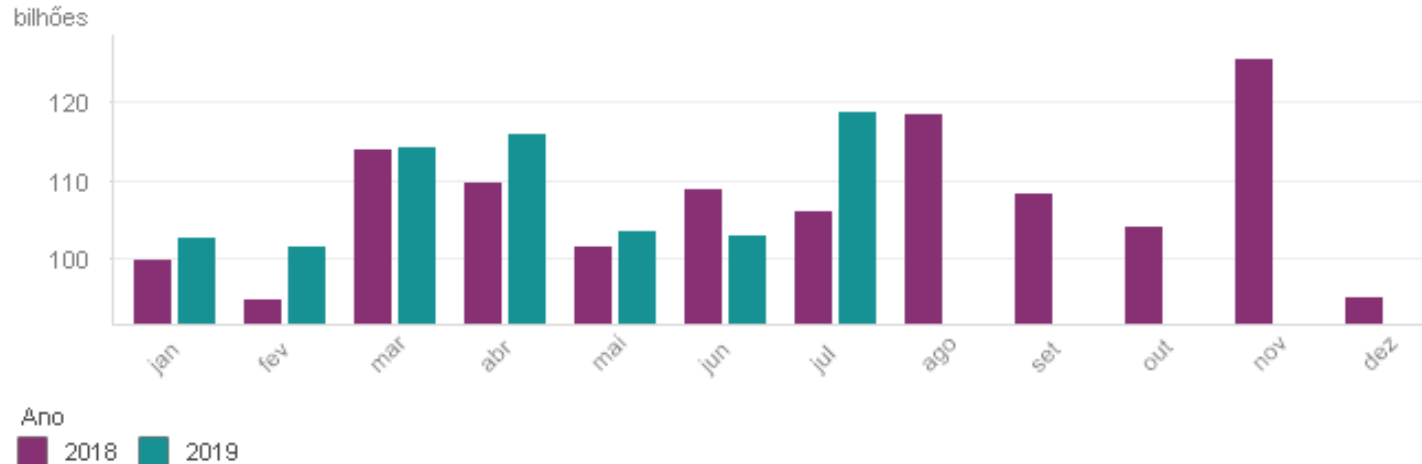
! **R\$ 1.407.052.612.991,00**

### Pagamento acumulado em 2019

✓ **R\$ 758.765.243.499,08**



### Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)





# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2018/2019 – Preços Correntes

R\$ Milhões

## Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Jul		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2018 (a)	2019 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	734.059	758.765	3,4%	9,3%
II.1 Poder Executivo	701.214	723.842	3,2%	9,3%
II.2 Poder Legislativo	6.309	6.772	7,4%	11,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.986	3.158	5,8%	14,2%
II.2.2 Senado Federal	2.266	2.477	9,3%	8,4%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.057	1.137	7,6%	9,7%
II.3 Poder Judiciário	22.820	24.165	5,9%	9,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	334	380	13,9%	17,1%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	755	774	2,6%	10,1%
II.3.3 Justiça Federal	5.942	6.258	5,3%	8,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	269	294	9,4%	7,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.681	3.990	8,4%	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.373	10.892	5,0%	8,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.397	1.490	6,6%	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	68	87	26,5%	38,9%
II.4. Defensoria Pública da União	304	301	-0,9%	11,7%
II.5 Ministério Público da União	3.412	3.684	8,0%	5,7%
II.5.1 Ministério Público da União	3.372	3.637	7,9%	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	40	47	17,7%	20,8%

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2019, na comparação com a despesa paga 2018, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

A margem de enquadramento **difere** por poder/órgão em razão da diferença entre a **despesa paga e o limite em 2018** e da **compensação** estabelecida pelo Poder Executivo no **PLOA 2019**.

# Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2019	PLOA 2019 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	758.765	1.407.053	53,9%
II.1 Poder Executivo	723.842	1.343.213	53,9%
II.2 Poder Legislativo	6.772	12.419	54,5%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.158	6.040	52,3%
II.2.2 Senado Federal	2.477	4.329	57,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.137	2.050	55,5%
II.3 Poder Judiciário	24.165	44.447	54,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	380	701	54,3%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	774	1.494	51,8%
II.3.3 Justiça Federal	6.258	11.369	55,0%
II.3.4 Justiça Militar da União	294	543	54,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.990	7.486	53,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	10.892	19.963	54,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.490	2.669	55,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	87	222	39,0%
II.4. Defensoria Pública da União	301	576	52,3%
II.5 Ministério Público da União	3.684	6.398	57,6%
II.5.1 Ministério Público da União	3.637	6.307	57,7%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	47	91	51,1%

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

### Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

Selecione o mês  
de referência

jul/19

% da despesa coberta com  
receita considerada



Margem de suficiência  
dos últimos 12 meses  
(em bilhões)

**R\$ 56,11**

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

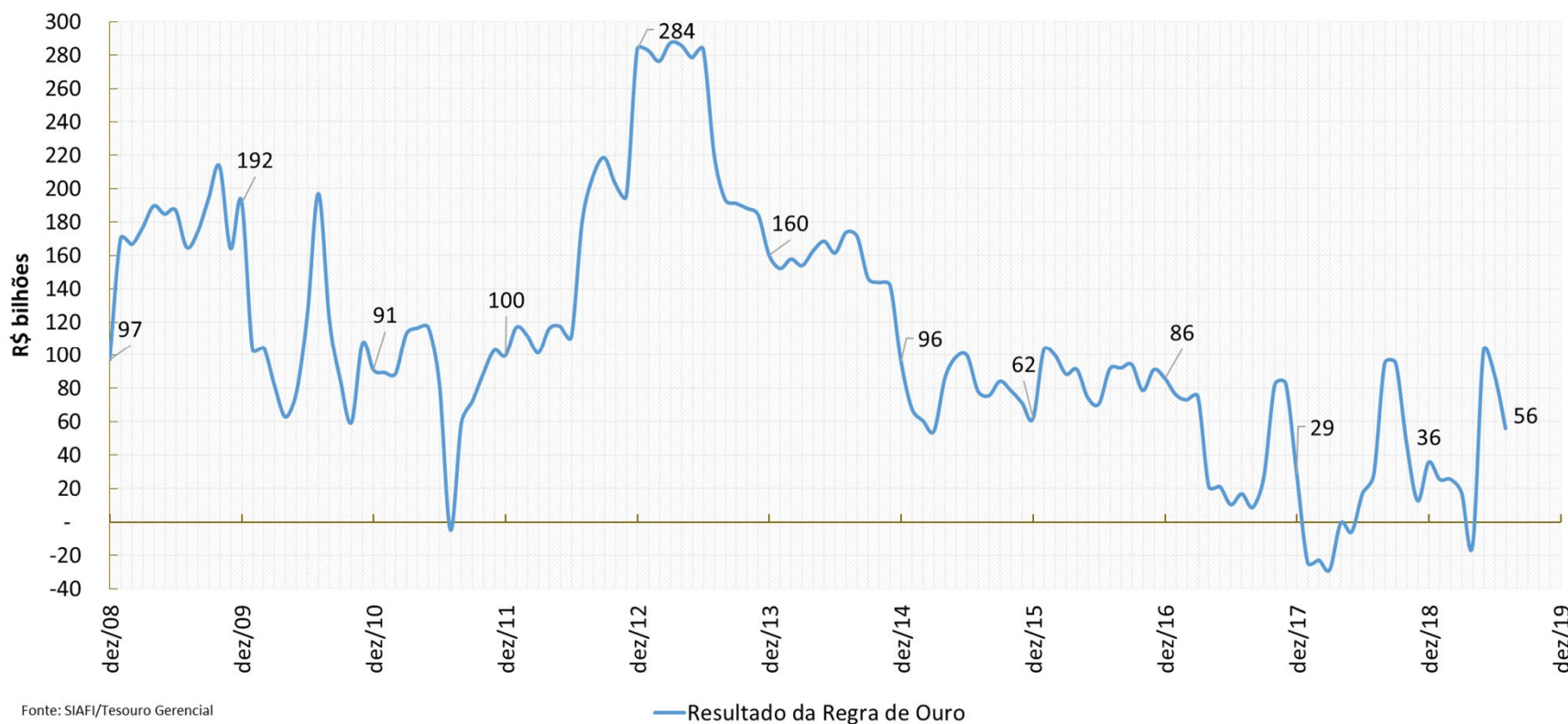
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
<b>Despesas de Capital</b>	<b>100,18</b>	<b>629,94</b>	<b>1.001,00</b>
<b>Receita Considerada</b>	<b>111,89</b>	<b>641,44</b>	<b>944,89</b>
Receitas de Operações de Crédito	110,65	615,30	956,34
(-) Variação do colchão da dívida	-1,25	-26,14	11,44
<b>Resultado</b>	<b>-11,71</b>	<b>-11,50</b>	<b>56,11</b>

# Regra de Ouro

## Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)  
2008 a 2019: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

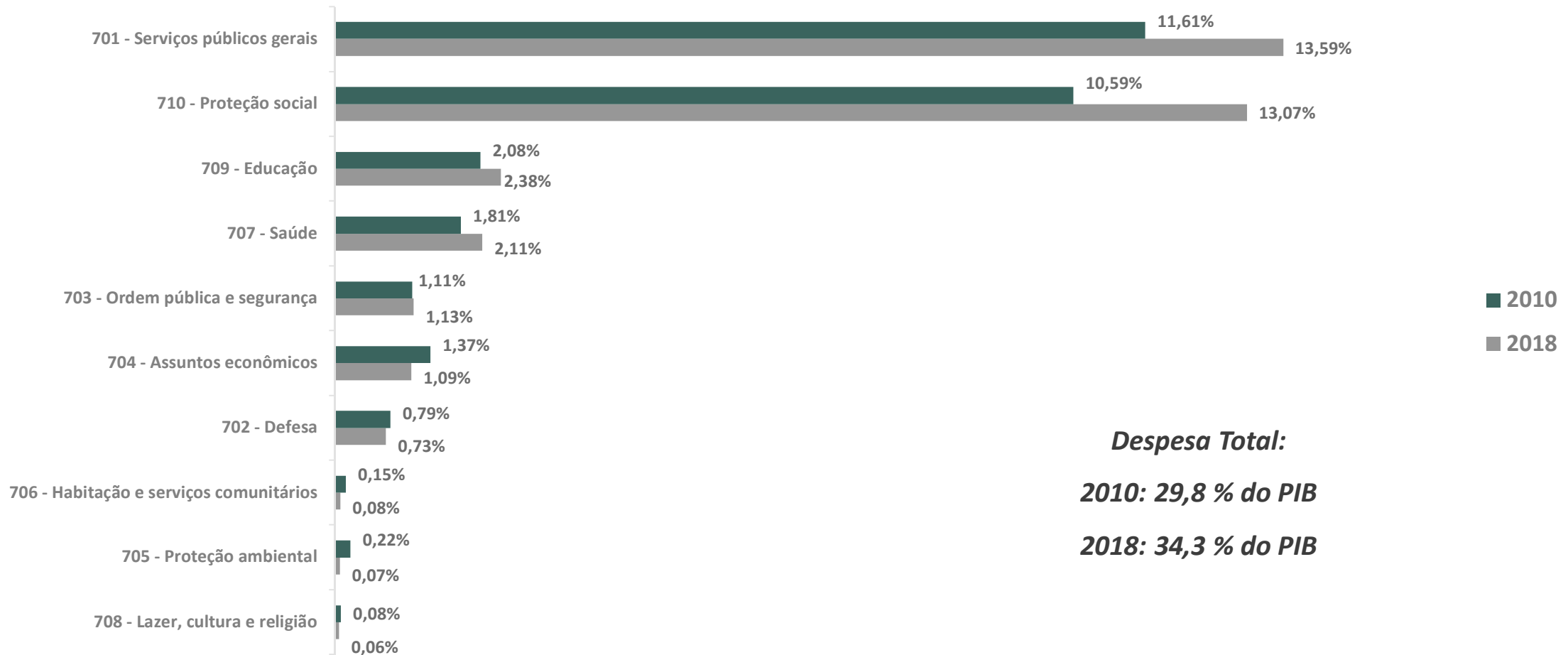
No acumulado em 12 meses até julho/2019, as despesas de capital superaram as receitas de operação de crédito em **R\$ 56,1 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

# Despesas por Função do Governo Central

## Classificação COFOG - 2018

*Despesas<sup>1</sup> por função - Governo central<sup>2</sup> - Anual – 2010 e 2018 - Dados em % do PIB*



Fonte: STN e SOF

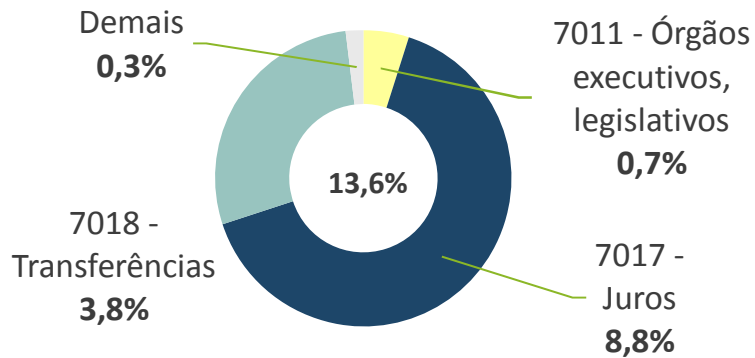
1. Despesa pelo regime de competência corresponde à despesa liquidada incluído o pagamento de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.
2. Governo central orçamentário é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil (BCB). De acordo com a metodologia adotada, o BCB compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

# Despesas por Função do Governo Central

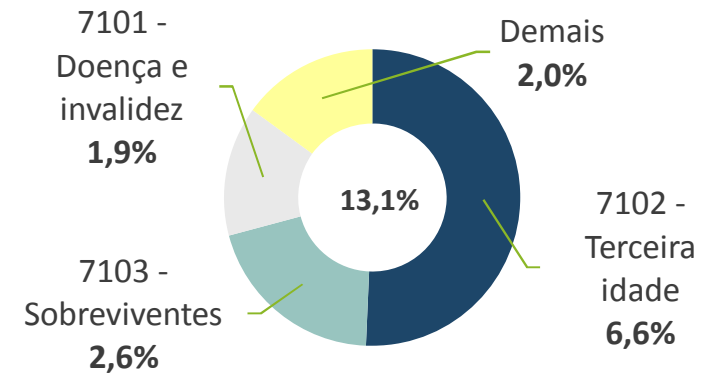
## Classificação COFOG - 2018

*Despesas por função - Governo central - Anual - 2018 - Dados em % do PIB*

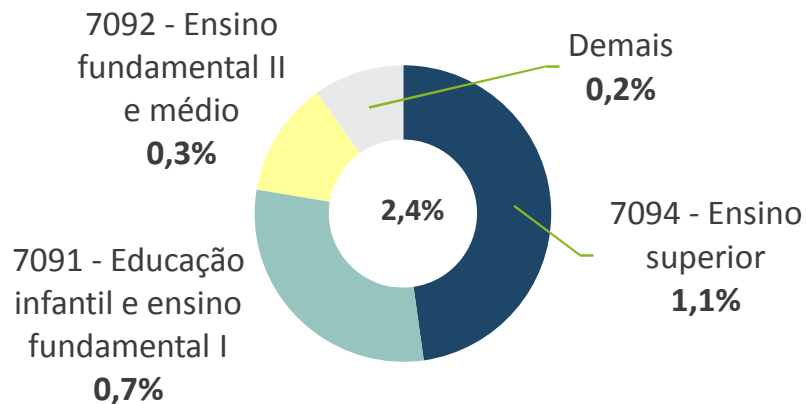
### 701 - Serviços públicos gerais



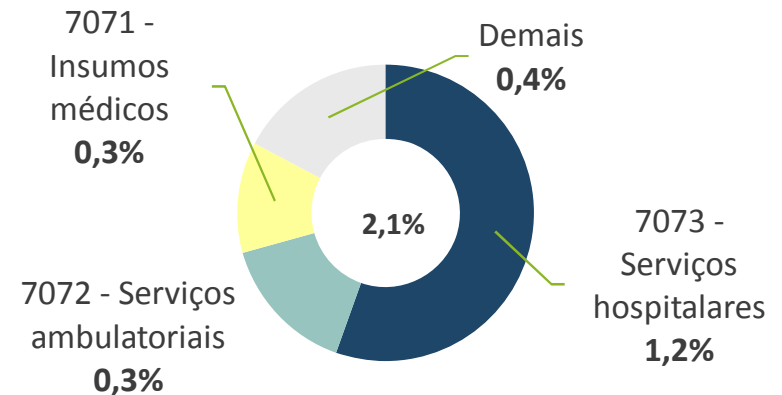
### 710 - Proteção Social



### 709 - Educação



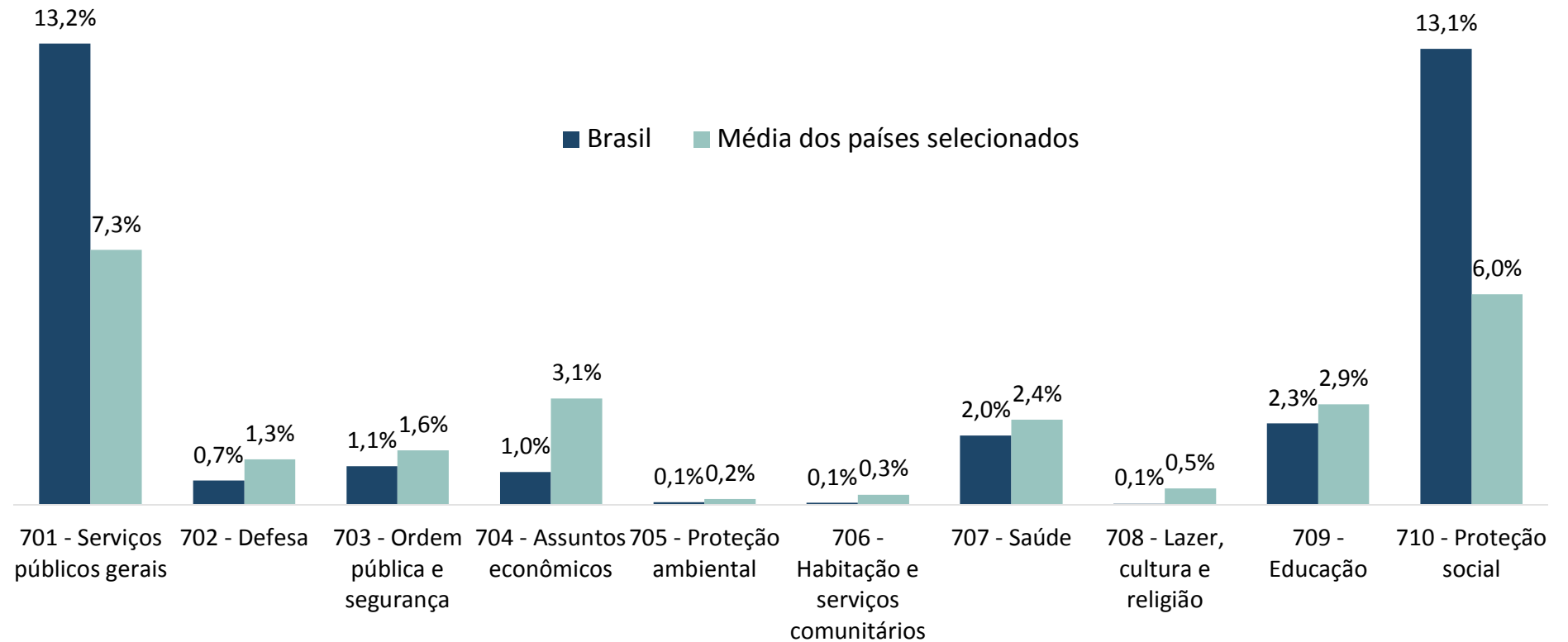
### 707 - Saúde



# Despesas por Função do Governo Central

## Classificação COFOG - 2017

Despesas por função - Média dos países selecionados - Anual - 2017 - Dados em % do PIB



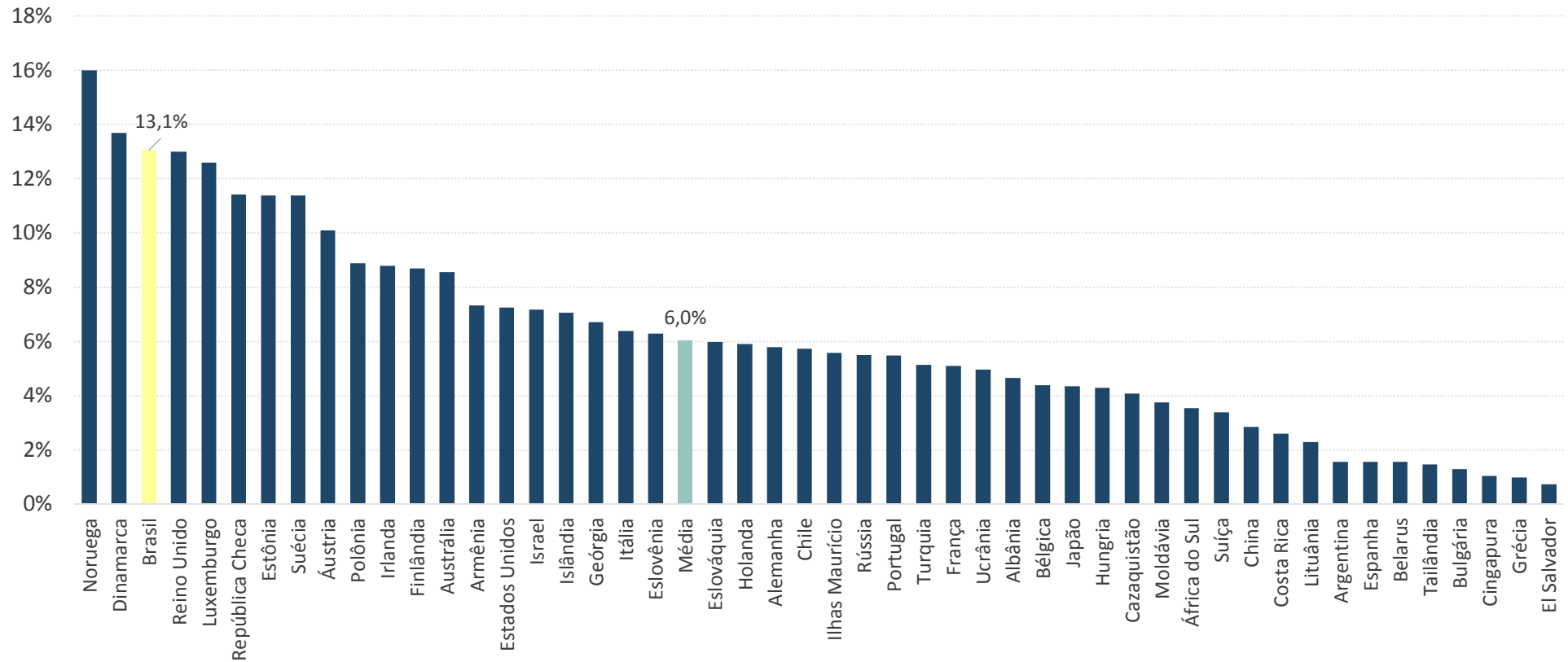
Fonte: Government Finance Statistics (GFS), Expenditure by Function of Government (COFOG) - FMI e Government expenditure by function (COFOG) - OECD.

Países selecionados: África do Sul, Albânia, Alemanha, Argentina, Armênia, Austrália, Áustria, Belarus, Bélgica, Bulgária, Butão, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Coreia, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Holanda, Hungria, Ilhas Maurício, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Moldávia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Rússia, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Ucrânia e Brasil.

# Despesas por Função do Governo Central

## Classificação COFOG - 2017

Despesa com proteção social - Países selecionados - Anual - 2017 - Dados em % do PIB



Fonte: Government Finance Statistics (GFS), Expenditure by Function of Government (COFOG) - FMI e Government expenditure by function (COFOG) - OECD.



*Visite o portal*



*[www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)*

*Transparência e dados abertos  
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

*Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional*